

A territorialização do capital no espaço agrário do Sudoeste do Paraná (Brasil)

6-Problemática de los espacios agrários

Braga, Luís Carlos Braga^{1()}; Saquet, Marcos Aurélio Saquet²*

1 –Mestrando em Geografia pela, UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista pela Fundação Araucária, no período de, setembro de 2008 a setembro de 2009. | () Brasil 2 –Professor Dr. da UNIOESTE-Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

RESUMO:

Em nossa pesquisa, estamos estudando o processo de territorialização dos agentes do capital no Sudoeste do Paraná, evidenciando a produção leiteira e a fumageira no município de Marmeleiro (PR, Brasil). Esse processo revela características centrais da modernização da agricultura e da subordinação dos trabalhadores rurais. Nosso objetivo principal é compreender o processo de sobreposição do território da produção leiteira e da fumageira, explicando as relações de poder que estão presentes nas disputas territoriais entre grandes empresas como a Souza Cruz e a Latco, e a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF). Com isso demonstraremos as suas práticas espaciais e a capacidade de produzir, fazer circular e redistribuir os seus produtos em redes que compõem uma complexa espacialidade de controle e subordinação dos produtores agrícolas familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Território, capital, agricultura, integração, subordinação.

INTRODUÇÃO

Para analisarmos as principais modificações provocadas pelas ações das empresas, fumageiras e leiteiras, utilizaremos a abordagem territorial.

No estágio atual do desenvolvimento capitalista [...] o debate acerca do território nunca foi tão oportuno, dada a redefinição das estratégias de acumulação de capital e, conseqüentemente, da subordinação dos bens, recursos e energia vital aos imperativos da acumulação [...] atentar para a ordenação do território ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista que culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. (PAULINO, 2008, p.214).

E ainda, segundo Saquet:

[...] a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida (SAQUET, 2007, p.183).

A área definida para estudo, demonstração e explicação geográfica corresponde à Linha Itaíba e trata-se de um reassentamento rural. Os agricultores dessa localidade foram obrigados a deixar suas áreas de produção nos municípios de Ita, em Santa Catarina, e Aratiba, no Rio Grande do Sul, em decorrência da construção da Hidrelétrica de Ita, construída no Rio Uruguai no final da década de 1980 e início da de 1990. Para o desenvolvimento da pesquisa estamos realizando pesquisa bibliográfica sobre o conceito de território, agricultura familiar, modernização da agricultura, além disso utilizaremos alguns dados já coletados em nossa área de estudo, assim como dados do IBGE.

O Reassentamento Linha Itaiba (Marmeleiro – PR) é formado por pequenas unidades de produção agropecuária, somando 35 famílias, das quais 24, ou seja, 68%, produzem fumo para a empresa Souza Cruz. Apesar de intenso, o processo de territorialização da Souza Cruz nesse espaço é recente, já que 54% dos produtores ingressaram na produção num período de 4 a 6 anos. Apesar do curto período de produção de fumo, as mudanças na Linha Itaiba são muito significativas, descaracterizando a agricultura familiar através da perda de princípios fundamentais, como a auto-suficiência e a utilização de práticas menos degradantes. A disputa territorial que estamos apontando se dá pelo fato do número de famílias que produzem leite serem iguais ao número de famílias que produzem fumo atualmente, ou seja, 24. Dos produtores de leite, 12 agricultores comercializam a produção com a Lacto e os demais com a CLAF. Em decorrência da demanda de mão-de-obra exigida pelas duas atividades, é possível que ocorra uma disputa de território. Essa disputa ocorre por que o agricultor se ajusta ao mercado direcionando sua produção a partir da maior ou menor possibilidade de ganhos.

No caso da produção do fumo, por se tratar de um trabalho mais penoso, o agricultor produzirá até o momento em que o grau de penosidade do trabalho for inferior ao grau de satisfação. Isso também pode fazer com que o agricultor, mesmo ganhando um pouco menos com o leite, deixe de produzir ou diminua a produção de fumo. Porém, esse é um processo delicado, pois a Souza Cruz obriga o cumprimento dos contratos firmados no início de cada safra. A Souza Cruz estabelece uma relação mais dessimétrica com os agricultores, pois o contrato que rege o sistema de integração atrela os fumicultores a um duplo movimento, em que ocorre a circulação dos insumos do setor industrial para o agrícola e a circulação da matéria-prima do agrícola para o industrial. O contrato também prevê que a classificação do valor de cada classe do fumo seja realizada na empresa, sem a participação dos agricultores. Já a relação das indústrias leiteiras com os agricultores é menos dessimétrica, sendo que a cada final de mês o agricultor pode trocar de empresa, se ele não estiver satisfeito com o valor pago pelo litro de leite. No caso da CLAF, 1% da produção do associado fica com a cooperativa e o produtor que parar de entregar o leite para ela e depois quiser voltar terá que pagar uma multa.

As relações entre os territórios do agronegócio e da agricultura familiar

Para compreender essa complexa territorialização das indústrias fumageiras e leiteiras, é preciso analisar a dimensão econômica, pois é esta que faz com que os agentes de produção acumulem capital e reproduzam o seu território. Para isso, precisamos superar a compreensão de território como agente estatal, de limites definidos ou como identidade cultural (Saquet, 2004). É necessário ter uma compreensão histórico-crítica e relacional do território e da reprodução ampliada do capital (Raffestin, 1993). O Estado é um ator central na organização do território e no controle das pessoas. No entanto, ao mesmo tempo, é preciso destacar a atuação dos agentes do capital, numa rede de mercados que canaliza, direciona, controla e domina o processo produtivo (produção-circulação-consumo).

Superando a visão de território somente como agente estatal, é possível observar os diferentes territórios que são formados com conflitualidade, contradições e relações de poder, que podem ser expressas, em nossa pesquisa, pelas condições de subordinação dos agricultores produtores de fumo, integrados a Souza Cruz. Essa subordinação se dá por que a Souza Cruz é uma das empresas que controla o agronegócio do fumo – conforme

Davids e Goldberg apud Fernandes (2008) agronegócio é um complexo de sistemas que abarca agricultura, indústria, mercado e finanças - no caso do agronegócio do fumo ela controla quase todos os sistemas do complexo, já que ela não consegue construir as condições para dominar totalmente o sistema agrícola, o agricultor familiar tem uma certa autonomia, mesmo que às vezes seja uma autonomia formal, para a realização das suas atividades, pois a mão-de-obra é familiar e ele é o proprietário dos meios de produção.

Fernandes (2008) define o sistema de integração como terceirização da produção, afirmando que no agronegócio o agricultor não é parte integrante do mesmo, por não ter poder para impor outro modelo na correlação de forças ele é subalterno a este modelo. Ainda segundo Fernandes:

Compreender o campesinato como um sistema subalterno não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura e identidade, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital. Condições essenciais para continuar sendo camponês. Todo camponês é um agricultor familiar [...] a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc. Ao contrário, ao realizar a sua reprodução ampliada por meio da mais-valia, o capital supera os limites de tempo e espaço, o que lhe possibilita o crescimento e a necessidade da concentração para continuar crescendo [...] (2008 p.166-167).

Desse modo segundo Fernandes (2008), o agronegócio e a agricultura familiar constituem territórios distintos. No entanto eles estão sobrepostos e relacionam-se, um está no outro, pois o território da indústria fumageira e leiteira sobrepõe-se ao da agricultura familiar, sendo que está caracteriza-se pela utilização de mão-de-obra dos membros da família, pela produção de alguns produtos para o consumo mantendo traços da sua cultura, como os trabalhos de ajuda mútua e a socialização de alguns implementos agrícolas. O capital se aproveita destas relações, que são denominadas de relações não especificamente capitalistas, para a reprodução do seu território e conseqüentemente do seu capital, pois um dos fatores que caracteriza o modo capitalista de produção (MCP) como contraditório é a necessidade de se utilizar das relações não capitalistas ou não especificamente capitalistas, para a sua reprodução.

Em alguns territórios pode haver a predominância do agronegócio em outros da agricultura familiar, ou então como é o caso da Linha Itaíba esses territórios estão sobrepostos e confundem-se. As inovações, trazidas pelas empresas leiteira e fumageira e as características mais tradicionais, próprias dos agricultores estão presentes no mesmo tempo e espaço. As variações, em diferentes períodos e lugares, ocorrem em função das especificidades de cada relação espaço-tempo. Em alguns recortes territoriais, o rural tem como marca, em características mais gerais, a ligação íntima da propriedade privada da terra com as forças e relações produtivas específicas e ainda são utilizados instrumentos rudimentares de trabalho, a força do trabalho familiar, o trabalho artesanal, a divisão incipiente do trabalho, a dispersão populacional e a proximidade dos indivíduos com a sua natureza exterior, assim como os trabalhos de ajuda mútua, a cooperação, que são características presentes no campo (Saquet, 2006).

Ao mesmo tempo em outros recortes territoriais

[...] há forças produtivas que expressam inovações técnicas e tecnológicas, mecânicas e informacionais, trabalho assalariado, indústria ditas modernas. Há diferentes conjugações entre as mudanças e as permanências, espacialidades e temporalidades, para diferentes relações espaço-tempo [...] (SAQUET, 2006, p. 159).

A sobreposição de territórios faz com que ocorra há conjugação e uma unidade entre o desigual e o diferente, ou seja, ritmos lentos e mais rápidos. “Os tempos históricos e coexistentes estão em unidade, no mesmo movimento. Eu vivo, neste instante, tanto a processualidade histórica como a relacional.” (SAQUET, 2007, 131).

Independentemente do tamanho, os territórios devem ser estudados com o intuito de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e das suas articulações externas, compreendendo o seu processo relacional, processual e (i)material reconhecendo a unidade dos tempos históricos e coexistentes, assim como as descontinuidades e aspectos da relação sociedade-natureza.

No território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no e com o lugar e com outros* lugares e pessoas; identidades. [...] as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. Os sujeitos se interagem com a natureza exterior do homem. Na relação espaço versus território, também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no outro são inseparáveis, como a relação tempo histórico versus tempo coexistente. Há um processo histórico e articulações escalares, no território. [...] Cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares. (SAQUET, 2007, p.158).

As pessoas agem, produzem e fazem parte do território de forma objetiva ou subjetiva, pois a participação de cada um no território pode se realizar de forma direta ou indireta. Isso por que:

Existem, cada vez mais, múltiplas formas de apropriação e dominação na dinâmica territorial. É possível dominar sem estar presente. A apropriação e a dominação são cada vez mais heterogêneas e complexas. A própria dinâmica do capital, eminentemente desterritorializadora, cria as condições para a reterritorialização [...] (SAQUET, 2007, p.169).

Alguns territórios são mais representativos no cotidiano das pessoas. O território da produção fumageira e leiteira está mais presente nas relações diárias dos agricultores da Linha Itaíba, pois são estas atividades que proporcionam a maior parte da renda dos mesmos. O tempo para a realização das atividades, dos membros da família, tanto das produções, como para o lazer, viagens etc, é organizado conforme a demanda de mão-de-obra das duas atividades, também os agricultores recebem visitas periódicas dos representantes das empresas (para instrução técnica, entrega de insumos, materiais publicitários etc). Isso faz com que os agricultores fiquem mais atentos aos fatores ligados a produção do fumo e do leite, como por exemplo à previsão do mercado e do clima, as inovações tecnológicas, etc. Os agricultores relacionam-se mais com as atividades do leite e do fumo, os seus pensamentos são mais voltados para essas produções, além disso eles

são dependentes economicamente da renda das mesmas, por isso esses territórios são mais perceptíveis na localidade.

Os aspectos que proporcionam a disputa territorial entre as duas produções, são principalmente as possíveis variações nos valores futuros dos produtos, os resultados econômicos da última safra, a quantidade de mão-de-obra familiar disponível e a disponibilidade de financiamentos. São esses fatores que vão determinar em qual produção, cada agricultor vai se dedicar/relacionar mais. É importante lembrar que o contrabalanceamento destes fatores, é realizado quase que intuitivamente pelos agricultores, pois os mesmos não tem garantia nenhuma dos preços futuros dos produtos, e nas orientações repassadas pelos representantes das empresas, prevalece os interesses das mesmas.

Esses dois territórios aqui evidenciados são dois, que se destacam entre os mais representativos no reassentamento, porém existem outros como, o dos imigrantes gaúchos - já que uma parte das pessoas da Linha Itaíba vieram do Rio Grande do Sul - esse território é representado por alguns costumes e tradições dos mesmos, como por exemplo o consumo do chimarrão e do churrasco; “[...] o *velho* não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no novo [...] O *novo* contém em si o *velho* [...]” (SAQUET, 2007, p.163) . Também como já anotamos “É possível dominar sem estar presente.” (SAQUET, 2008, p.169), nesse sentido os fumicultores fazem parte do território das empresas que fabricam cigarros e importam do Brasil a matéria-prima, mesmo elas não estando presentes materialmente e a maioria dos agricultores não tendo conhecimento de quais sejam, elas exercem forte influência sobre os agricultores, pois são elas que determinam quais as características do fumo para o mercado, dessa forma os fumicultores produzem o fumo conforme a padronização destas fábricas e no momento da classificação, se não estiver nos padrões indicados, ocorre uma queda significativa no valor do quilo de fumo.

Os territórios são superpostos, heterogêneos e descontínuos, mas também são contínuos e interligados com outras redes e territórios de escala maior e movidos pela lógica do capital da dominação social, política, na qual a dimensão cultural é envolvida pelos fluxos mercantis (SAQUET apud SAQUET, 2007, p. 154) [...] É (i)material, social e natural, a um só tempo e significa desejos, necessidades, linguagens, edificações, signos, miséria, riqueza, repetições, mudanças, frustrações, técnicas, famílias, trabalhos, redes, desencontros, encontros, conflitos; desigualdades e diferenças, unidade; vida e morte. (SAQUET, 2007, p.164).

Esse processo envolve e é envolvido por relações de poder que precisam ser explicitadas. As empresas estudadas estabelecem relações de poder e controle dos produtores agrícolas por meio dos contratos firmados e do mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado. As empresas passam a controlar o trabalho parcialmente, através do sistema de integração. O trabalho passa a ser ajustado e organizado, passando a ser uma atividade repetitiva, monótona que não necessita de consciência crítica para a sua realização, causando estranhamento, alienação e exploração em favor das empresas que monopolizam o território.

Os sentidos do trabalho e a capacidade de flexibilidade do agricultor familiar

Na medida em que as relações mercantilistas penetram na produção familiar, ela passa a ser subordinado ao capital e a ter uma autonomia formal do trabalho. Já que apesar do trabalhador ter a liberdade de determinar o seu tempo de trabalho, os ciclos agrícolas é que vão permitir as manifestações de sociabilidade do lazer, afetando assim as suas relações sociais, seus hábitos e costumes. O agricultor não fica totalmente alienado do trabalho, por que o trabalho é para ele uma forma de reproduzir a vida familiar, ele é marcado pela essência da necessidade do trabalho. Essa consciência do trabalho tem ligação à disseminação ética do trabalho, a onde trabalhar é bom costume é algo exemplar, sóbrio. O agricultor familiar também interpreta o trabalho de outra forma, ele trabalha por prazer ele tem gosto em realizá-lo (SANTOS, 1978).

Apesar de ser inegável a expansão do capitalismo na agricultura, segundo Paulino (2008), ainda existem diferenças essenciais entre o trabalho dos proletários e dos agricultores familiares, para isso a autora utiliza alguns pensamentos de Martins, segundo o autor, o fruto do trabalho do proletário desde a sua origem pertence ao capitalista, e o trabalho só se realiza por interesse do mesmo, já o trabalho do agricultor familiar é independente, o que ele vende não é o seu trabalho, mas o resultado do seu trabalho que é o produto, que surge como sua propriedade, e não do capitalista. Outra diferença é que o trabalho do operário é um trabalho individual, o contrato firmado entre o operário e o capitalista também é individual, diferentemente do trabalho do agricultor familiar, onde a mão-de-obra é essencialmente familiar. Mesmo que no sistema de integração da produção fumageira também seja firmado um contrato entre a empresa e o agricultor, esse contrato envolve todos os membros da família, maiores de 18 anos e de modo informal - mesmo que no contrato há uma cláusula que proíba - o trabalho das crianças e dos adolescentes assim como o trabalho dos idosos também é utilizado, quando possível em algumas etapas da produção, já que a produção do fumo se trata de um trabalho exaustivo mas não pesado. Outra distinção é que:

[...] a reprodução social do operário é estritamente dependente do mercado, pois o que a viabiliza é o trabalho excedente. Em outras palavras, o operário necessita vender sua força de trabalho e comprar todos os víveres e demais meios indispensáveis à sua sobrevivência [...] Já o camponês se diferencia por ser portador de produto excedente, que via de regra é composto por alimentos que são oriundos do trabalho na terra que controla e com os instrumentos de trabalho que possui. Por isso, não há um dependência vital para com o mercado, ainda que regularmente haja uma relação intensa com este. Enfim, em situações limite, ele poderá sobreviver sem essa mediação, coisa que não é possível ao operário. (PAULINO, 2008, p. 216-217).

O fumicultor é totalmente dependente do mercado (a empresa na qual ele está integrado, ou dos compradores informais) para a comercialização da produção, porém se ele optar por parar de produzir o fumo, ele pode sobreviver através dos outros recursos que ele possui na propriedade, é claro que o seu padrão econômico de vida irá decair ainda mais. Essa dependência total é também pelo fato do fumo não fazer parte dos itens de necessidades básicas e além disso o agricultor não consegue produzir (essa qualidade de fumo que estamos estudando) de forma artesanal o cigarro.

Já a partir do leite o agricultor pode produzir vários derivados, como o queijo, por exemplo, que é fabricado de forma artesanal, para o consumo ou para a venda na própria localidade ou na cidade. A produção dos derivados do leite aumenta quando ocorre uma queda significativa no valor do litro do leite, também o produto pode ser comercializado *in natura*. É uma forma de complementar os produtos para o consumo e a renda da família. Vale lembrar que na maioria dos municípios, como é o caso de Marmeleiro, a comercialização direta dos produtos artesanais, com os consumidores, sem o cumprimento das normas dos órgãos responsáveis pela fiscalização, é proibida, essa proibição pode ser por interesse das empresas, para formação de monopólio. Apesar da proibição, os agricultores conseguem comercializar seus produtos no mercado informal, sendo mais uma vez explorados, pois para conseguirem comercializar seus produtos, eles precisam vender os mesmo a um valor abaixo dos produtos industrializados. Isso demonstra a capacidade de flexibilidade do agricultor familiar nas situações desfavoráveis, sendo essa capacidade a responsável pela sua resistência.

“[...] O camponês se situa no mundo através do *seu produto*. Seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato o seja. É uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele, com o capital.” (MARTINS apud PAULINO, 2008, P. 217). Já o trabalhador assalariado “[...] Seu trabalho não se oculta no produto, pois é por ele vendido especificamente como trabalho. As relações de trabalho são suas relações primárias e fundantes.” (MARTINS apud PAULINO, 2008, P. 217).

Não conseguiríamos estabelecer um raciocínio linear, no sentido em que todo trabalho especificamente capitalista emprega somente trabalhadores assalariados, pois existem componentes da família que integram o quadro funcional da agricultura empresarial, como por exemplo os agricultores pluriativos, que mesmo morando no campo trabalham em serialistas, cooperativas ou diretamente nas fazendas dos grandes produtores, em tempo integral ou como empregados temporários. Ao mesmo tempo, os agricultores familiares recorrem à contratação de força de trabalho complementar, quando necessário, no caso na produção de fumo geralmente se contrata empregados temporários no período do plantio, quando é necessário aproveitar ao máximo a umidade, e no período da colheita, pois a mesma precisa ser realizada rapidamente após o amadurecimento do tabaco. Em alguns casos são contratados agricultores da localidade mesmo para realizar esses trabalhos, para eles é uma forma de complementar a renda. Porém trata-se de uma escala inversamente proporcional, já que os trabalhadores do agronegócio são em grande parte contratados, e os da agricultura familiar são geralmente membros da família (Paulino, 2008).

Essa diferenciação entre o trabalho do pequeno produtor com mão-de-obra essencialmente familiar, e do proletário, é com o intuito de classificar o agricultor familiar, ou camponês como uma classe peculiar, que pode consolidar-se como uma classe social, com poder político.

É a conflitualidade das relações, proporcionadas pela sobreposição dos territórios, que faz com que não possamos negligenciar a expansão do capitalismo sobre a agricultura, que vai gradativamente controlando ajustando o trabalho dos agricultores. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar as particularidades que são próprias dos agricultores familiares como a sua cultura, as suas relações de trabalho e as formas de aplicação e divisão da sua renda média, dentro do núcleo da família, tais formas não obedecem os padrões capitalistas, onde cada trabalhador tem um salário fixo, ou depende da sua produtividade. Além disso eles ainda realizam os trabalhos de ajuda mútua, a socialização

de alguns implementos agrícolas e a produção de alguns produtos básicos para a alimentação, essa última pode ser considerada a mais importante, pois é ela que proporciona a sobrevivência dos agricultores diante do seu papel de pequeno produtor mercantil.

A produção dos alimentos para o consumo na propriedade faz com que os agricultores não fiquem dependentes somente da renda proveniente da produção do fumo e do leite. No caso do fumo, a empresa até incentiva essa produção, justamente para que o agricultor não fique dependente somente da renda do tabaco e assim consiga sobreviver produzindo o fumo. Em relação à produção do leite uma parte dos agricultores fabricam, de forma artesanal, alguns produtos derivados do leite para o consumo, comercialização do excedente, como já apontamos, e para servir como produto de troca com os agricultores que produzem - também para o consumo e venda do excedente - outros produtos como derivados da cana-de-açúcar, ovos, verduras, frutas etc. Aqui percebemos um dos aspectos da conflitualidade que citamos anteriormente entre o avanço das atividades mercantilistas no campo e as relações que são inerentes aos agricultores, pois muitos dos produtores de leite, não produzem os derivados, para que possam vender uma quantidade maior de litros ou então por que as atividades na produção do leite ou do fumo demanda muita mão-de-obra e não há tempo hábil para a fabricação destes produtos.

Todo esse conjunto de elementos estão presentes na vida dos agricultores familiares, entretanto, conforme Paulino (2008), ao analisarmos os indicadores de renda é nítida a vulnerabilidade destes agricultores. É devido a esse conjunto de elementos que existe uma flexibilidade singular na economia familiar, que lhe proporciona “adaptar-se às condições das mais adversas, ao preço da permanência no mais baixo patamar da sociedade no que diz respeito ao usufruto da riqueza.” (p.219). Por isso devemos reconhecer “[...] as estratégias empreendidas pelos próprios camponeses, no sentido de aproveitar da melhor maneira possível os recursos disponíveis, certamente são decisivos” (p.235).

A partir do momento em que os agricultores familiares passaram a ser pequenos produtores mercantis, eles ficam dependentes da indústria para obtenção dos insumos químicos e das novas tecnologias na produção fumageira; e na produção leiteira dos produtos para alimentação dos animais além da necessidade de possuir animais com qualidade certificada, que produzam uma grande quantidade de leite, os quais são indicados pelas indústrias, sendo duas ou três espécies que são padronizadas como as melhores. Além de possuírem um valor elevado é preciso um acompanhamento veterinário com medicamentos e suplementos alimentares industrializados, retirando aí mais uma parte da renda dos agricultores, fazendo com que os mesmos não consigam mais constituir os seus plantéis bovinos com os animais já tradicionalmente criados por eles e já adaptados as características de cada lugar. Isso é realizado com o propósito de aumentar a produtividade, e realmente ela aumenta se comparada com os animais conhecidos popularmente entre os agricultores como “comuns”, porém esse aumento da produtividade não representa um aumento significativo na renda, pois o aumento da renda, proporcionada pelo aumento da produção, é utilizado na compra dos bovinos de raça e com os produtos para o cuidado dos mesmos.

Além da dependência na circulação dos produtos do setor industrial para o agrícola, também o agricultor se torna dependente da indústria para a comercialização da sua produção, ou seja a circulação da matéria-prima do setor agrícola para o industrial. Essa dependência, a criação destas necessidades, antes inexistentes, não ficam somente na

produção, com a expansão do capital sobre o campo os agricultores passaram a ter outras necessidades de consumo. Como por exemplo outros meios de transporte, vestuário, alimentação, moradia, eletrodomésticos, lazer etc, o agricultor aumenta a sua necessidade de consumir.

As formas de territorialização da empresa fumageira Souza Cruz e as modificações ocorridas na agricultura familiar, através da expansão da fluidez do território

Esses dois movimentos de circulação que apontamos anteriormente, circulação de produtos químicos do setor industrial para o agrícola e o movimento de circulação da matéria-prima do setor agrícola para o industrial, são responsáveis pela constituição de redes que permitem a fluidez destas mercadorias.

Os atores procedem à repartição das superfícies em malhas, implantam nós e constroem redes para efetuar as ligações econômicas, políticas e culturais entre os territórios.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. (...) Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presente, (RAFFESTIN, 1993, p.151).

Assim, o sistema é construído pelos atores e suas relações de poder, os quais produzem dinâmicas sociais que imprimem as características de cada território, determinando as limitações, mas também as transposições desses limites políticos e administrativos através das ligações em redes.

Nesse sentido o complexo território da empresa fumageira Souza Cruz, foi organizado, territorializado intencionalmente.

A Souza Cruz faz parte do conglomerado da BAT (British American Tobacco), o controle da Souza Cruz pela BAT, proporciona a mesma recursos financeiros e uma forte integração no mercado internacional do fumo, além de outros setores de atuação do grupo. CORRÊA (1992). A BAT possui a sua sede em Londres na Inglaterra, atua em todos os continentes, na América Latina seu território de ação direta são Brasil, Argentina, Venezuela, Peru, Chile e México. No Brasil a sua principal representante é a Souza Cruz, a Matriz, Centro de pesquisa, desenvolvimento, departamento gráfico e *interacion center* ficam localizada no Rio de Janeiro e o centro administrativo em São Paulo. Possui as Regionais de *Marketing* em Campinas (SP), Contagem (MG), Recife (PE), Rio de Janeiro(RJ), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS); usinas de fumo: Blumenau (SC), Patos (PB), Rio Negro (PR), Santa Cruz do Sul (RS); fabricas: Cachoeirinha (RS), Uberlândia (MG); centrais integradas distribuição: Contagem (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP); fazendas de reflorestamento: Pântano Grande (RS), Prata (MG), Rio Negrinho (PR). O fumo produzido na Linha Itaiba, é transportado para as usinas de Santa Cruz do Sul (RS) e Rio Negro (PR), dependendo da capacidade de armazenamento de cada usina no momento da produção.

Todos estas centrais administrativas, de beneficiamento, desenvolvimento, usinas, fazendas além dos milhares de veículos da empresa que circulam por todo o território

nacional, mais os agricultores fumicultores integrados representam o poderio econômico e político, ou seja, são a expressão do território da Souza Cruz.

“A dimensão de uma malha nunca é - ou quase nunca – aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores dos quais uns são físicos, outros humanos econômicos, políticos, sociais e/ou culturais.” (RAFFESTIN, 1993, p. 155). Nesse sentido, segundo Corrêa (1992), essa complexa espacialidade foi sendo construída pouco a pouco através de um conjunto de práticas espaciais que atuam de forma combinada, para formar o território de acordo com os interesses das empresas. Como por exemplo, a seletividade espacial, onde a empresa seleciona as regiões que lhe proporcionem a maior quantidade de atributos considerados de valor por ela. O conhecimento espacial é fundamental nesse processo, pois a partir de sua avaliação se define a potencialidade e a fragilidade a serem exploradas; Fragmentação e remembreamento espacial. Na fragmentação a empresa divide o espaço em razão da intensificação da atuação da corporação. No remembreamento a organização aglutina as suas unidades territoriais, para a constituição de um mosaico, caracterizado por unidades territoriais mais amplas. Os fatores que levam a empresa a fragmentar ou remembrar o seu território, é a diminuição ou o aumento da oferta de produção numa determinada região, as unidades funcionais que não estão numa localização favorável são eliminadas; Antecipação espacial, a empresa localiza uma unidade funcional, antes que a sua localização ofereça todas as condições favoráveis. Essa prática visa à reserva do território para as ações futuras da empresa, mas somente uma grande corporação multinacional pode adotar, pois é preciso trabalhar com níveis negativos e diferenciados de remuneração entre as suas unidades; Marginalização espacial são as mudanças locacionais, que as corporações realizam, que resultam no fechamento de algumas unidades e na abertura de outras. A marginalização espacial, resultado das mudanças locacionais, afetam o nível de emprego e dos impostos; Reprodução da região reprodutora, são criadas grandes e pequenas regiões, com tendências à especialização produtiva, através das ações das corporações.

Os agentes econômicos, políticos, culturais rearranjam, remodelam o território conforme os seus interesses, por isso que ele é superposto, contínuo e descontínuo, o velho está no novo, o que estava estável para a maioria é desestabilizado/destruído e reorganizado/reconstruído de outra forma pela minoria que detém a maior parte do capital. A Souza Cruz organiza o seu território, de uma forma racional (para ela) com o propósito de reproduzir o seu território e conseqüentemente acumular capital.

É por isso que no capitalismo, o princípio básico do intercâmbio com a natureza, como forma de satisfazer as necessidades de consumo ganha novos contornos, já que as necessidades passam a ser dimensionadas não mais a partir do parâmetro das necessidades vitais, como alimentação, vestuário e abrigo, mas com a mediação de um motor de propulsão de necessidades, a fim de intensificar o consumo de mercadorias, condição indispensável para a acumulação. [...] Se nos demais modos de produção, os mecanismos de exploração tinham como fundamento o desfrute de maior quantidade e qualidade de alimentos, vestuário, entre outros, sem que para isso os membros dominantes da sociedade necessitam despendar trabalho, no capitalismo a regra das necessidades é reiteradamente alterada, para que sejam criadas oportunidades produtivas das quais depende o funcionamento do sistema. Cria-se, assim, um ciclo em que a

imposição de novas necessidades de consumo sustenta o ritmo da produção de mercadorias. (PAULINO, 2008, p.227).

Com a melhora na fluidez e a expansão do capitalismo, como anotamos anteriormente, alguns bens que eram apenas para o consumo local e possuíam valor de uso, transformaram-se em valores de troca. São criados mais bens de troca, ou seja, mercadorias, devido à maior possibilidade de consumo (SANTOS, 2008). “A modernização das atividades agrícolas e industriais redefine o consumo no campo que deixou de ser apenas consumptivo para se tornar cada vez mais produtivo, criando demandas até então inexistentes e ampliando a urbanização”. (ELIAS, 2006, p.232).

São desenvolvidas nas pessoas necessidades de consumo, que antes eram inexistentes. Ocorre um processo de padronização de alguns bens de consumo, como a alimentação por exemplo, nas áreas rurais, com a intensificação da relação com as áreas urbanas, há uma diminuição na diversidade e no consumo de produtos naturais, devido a aparente praticidade de consumir os produtos industrializados.

Esse fetichismo das mercadorias, impede a apreensão do território como um simples objeto material, e ao mesmo tempo, nos condiciona a entender, como as relações sociais de produção as interações sociais que se estabelecem no espaço em diferentes escalas. O território, passou a ser mais que um habitat para o homem ele passa a ser um receptáculo das suas atividades econômicas, isso é proporcionado pelo desenvolvimento do MCP, (SAQUET, 2007).

Porém esse circuito do capitalismo é fadado ao desequilíbrio, pois para o aumento da produção de mercadorias é necessário intensificar a exploração da mais-valia, e conseqüentemente intensificar a exploração da força de trabalho. Gerando “[...] assim um ciclo vicioso, em que a capacidade de consumo é diametralmente oposta ao aumento da exploração, fator responsável pelas recorrentes crises de super produção, logo, de excedente de capitais.” (PAULINO, 2008, 227).

Considerações finais

O que resta aos agricultores familiares é a recusa a esse modelo, e a procura por modelos emancipadores, pois somente para o capital interessa a homogeneização, para agricultura familiar o que interessa é a diversificação estratégica, baseadas na valorização das práticas endógenas e nas redes de ajuda mútua, fundamentais para a insubordinação ao esbulho do mercado. E o estabelecimento de uma política que reconhece as necessidades e as particularidades de lugar e de cada sujeito.

A disputa de território que apresentamos neste trabalho entre a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF) com a Latco, e a Souza Cruz uma transnacional que exerce relações de poder em seu expressivo e complexo território, é uma forma de resistência da agricultura familiar, sendo que a CLAF é uma cooperativa com pouco tempo de existência que não possui todo esse poderio econômico, político, integração ao mercado, enfim não possui todo um território organizado e com redes de circulação na proporção das outras empresas. Porém alguns aspectos precisam ser revistos e melhorados principalmente nas relação entre a CLAF e o produtor de leite.

Referências:

BRAGA, L.C. O processo da subordinação do produtor de fumo a indústria fumageira na

Linha Itaíba, Marmeleiro-PR. Francisco Beltrão, 2007. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CORRÊA, R. L. **Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 54 (3): 115-151, jul./set.1992.

ELIAS, D. Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil Agrícola. In: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B; SOBARZO, O. (Org). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. 1º Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

O Histórico do Fumo. Disponível em:<[http:// www.souzacruz.com.br](http://www.souzacruz.com.br)> Acesso em: 28/ mar. 2008.

PAULINO, E.T. Territórios em disputa e agricultura In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 213-238.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. Ed. Ática. São Paulo, 1993.

SANTOS,J.V.T. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Edusp, São Paulo, 2008

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo, Expressão Popular, 2006, p. 130-157.

SAQUET, M.A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In; RIBAS, A. D; SAQUET, M. A; SPOSITO, E.S; (Org). **Territórios e desenvolvimentos: Diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE. 2004. p.121-148.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.